

**VOTO DE REPÚDIO N.º 425/XIII**

**PELA PERMANÊNCIA DO PRESIDENTE DO EUROGRUPO NO CARGO**

Em março de 2017, a Assembleia da República fez-se eco da indignação generalizada que percorreu a sociedade portuguesa perante as declarações inaceitáveis prestadas pelo Presidente do Eurogrupo, e então ministro das finanças holandês, Jeroen Dijsselbloem, manifestando explícita e unanimemente o seu repúdio pela forma absolutamente indigna e ofensiva como se referiu aos portugueses.

Nessa altura, o Governo português expressou, a par de outros governos europeus, o seu desagrado, mas foi mais longe na sua manifestação de repúdio ao ter exigido a demissão do Presidente do Eurogrupo, posição subscrita pelo Presidente da República e validada por esta Câmara. O próprio Primeiro-ministro chegou a afirmar que “a Europa só será credível com um projecto comum no dia em que o senhor Dijsselbloem deixe de ser presidente do Eurogrupo”.

Sete meses depois, os Ministros das Finanças dos Estados-Membros da Zona Euro, apoiaram, por unanimidade, na reunião do Eurogrupo do dia 9 de outubro, a permanência de Dijsselbloem à frente daquele órgão, até janeiro de 2018, apesar de já não ocupar o cargo de ministro das finanças do governo holandês.

Importa não confundir unanimidade com tibieza. Não escapa aos olhos de ninguém que esse apoio tem um significado político, e seria com certeza inopinado que esse significado político não fosse sublinhado. O que está em causa é manter integralmente a posição expressa pela Assembleia da República no dia 24 de março; denunciar uma atitude incongruente e contrastante com aquela, cuja base moral e democrática foi, no caso português, amplamente expressa pelos órgãos de soberania; e dar público testemunho de um sentimento de incompreensão e de indignação de muitos portugueses pela permanência do Presidente do Eurogrupo no cargo.

Nesse sentido, a Assembleia da República, reunida em plenário, expressa o seu repúdio pelo apoio à permanência do Presidente do Eurogrupo no cargo até janeiro de 2018; exprime a sua discordância e incompreensão pela posição adotada pelo Governo português; e reafirma a posição adotada no passado mês de março.

**O Grupo Parlamentar do CDS-PP**